

COMPOSICIONALISMO SEMÂNTICO, PREDICAÇÃO E O AUTOMORFISMO DE QUINE

André Porto (UFG)

andre.s.porto@uol.com.br

Resumo: este artigo oferece uma nova reconstrução para os argumentos do famoso segundo capítulo de *Word and Object* de Quine e sua idéia da *Tradução Radical*. De acordo com essa abordagem, o maior alvo de Quine é a noção de *composicionalidade* como sendo o elemento fundamental para qualquer teoria do significado. Em poucas palavras, não poderia haver nenhuma “teoria do significado”, para Quine, simplesmente porque a noção de *composicionalidade* deveria ser rejeitada como a concepção central da semântica. Além disso, tomamos o cuidado de diferenciar argumentos empíricos de argumentos *a priori* de natureza modal. Esses últimos constituem-se no que propomos chamar de *Teorema do Automorfismo de Quine*, a idéia de que há maneiras alternativas de se reconstruir a estrutura gramatical de qualquer língua incluindo predicação e que poderiam manter invariantes todas as nossas predisposições para comportamento verbal sob quaisquer estados de coisas, atuais ou meramente possíveis. Em nosso entender, é esse teorema que determina fundamentalmente a rejeição da composicionalidade por Quine e, assim, de todas as teorias do significado.

Palavras-chave: composicionalismo, Quine, predicação, tradução radical.

Face aos exemplos como os que foram oferecidos por Quine, não parece haver esperança em negarmos que as condições de verdade para sentenças completas (...) não são suficientes para determinar o resto: a segmentação e os

INTRODUÇÃO

Quando de sua publicação em 1960, o famoso argumento da *indeterminação da tradução* de Quine causou uma verdadeira comoção no mundo filosófico. Centenas de artigos foram publicados tentando avaliar cada aspecto daquele texto: a validade de seu argumento principal, sua estrutura, sua conclusão, suas conseqüências filosóficas imediatas e longínquas. Passados todos esses anos, pelo menos a urgência daquela empreitada parece ter quase completamente desaparecido. De fato, até mesmo a grande visibilidade da radical posição de Quine parece ter perdido muito de sua força no mundo filosófico contemporâneo. Nos debates atuais, quando argumentos semelhantes ainda são utilizados, geralmente emprega-se uma versão posterior, a variante de Davidson e sua “*interpretação radical*”, e não tanto a versão original da *tradução radical* de Quine. A famosa tese da *indeterminação da tradução* recuou para uma discreta posição de fundo na movimentada cena filosófica atual.

Neste artigo pretendemos oferecer uma reavaliação da estrutura e conclusões imediatas do argumento de Quine. A tese interpretativa central que procuraremos defender diz respeito a qual seria afinal o *objetivo fundamental* pretendido por aquele argumento. Em nossa opinião, esse objetivo era totalmente negativo¹. O alvo de Quine era tão somente argumentar contra a própria *possibilidade* de um certo tipo de teoria semântica, conhecidas na literatura com o nome de “teorias (apriorísticas) do significado”. E aqui talvez possamos antecipar um corolário, algo surpreendente, da posição interpretativa que estaremos apresentando. Entre essas várias propostas de “teorias apriorísticas do significado” a serem descartadas pelo argumento Quine, uma das vítimas mais imediatas teria de ser

o próprio “*programa Davidson*” e a sua formulação de uma semântica para as línguas naturais nos moldes da teoria da verdade de Tarski. A despeito da “estranha dificuldade” daqueles dois filósofos (Quine e Davidson) em encontrar seus “reais pontos de divergência” (Cf. QUINE, 1999, e réplica de Davidson), segundo a argumentação abaixo, suas propostas filosóficas envolveriam, em alguns casos fundamentais, uma *oposição completa*.

Voltemos à nossa tarefa de circunscrever os alvos pretendidos por Quine. É muito importante distinguirmos aqui entre o objetivo *mais amplo*, que já enunciamos (de argumentar contra a idéia de qualquer teoria apriorística do significado), e um objetivo *restrito*, porém mais importante e definitivo: o de procurar *demonstrar* a impossibilidade de uma teoria *composicionalista* do significado. Para Quine, qualquer teoria (apriorística) do significado é uma tentativa fadada ao insucesso. Isso porque uma teoria assim pretenderia algo impossível de ser feito no entender do filósofo: isolar um componente *puramente semântico* de um componente *teórico*, já comprometido com alguma descrição específica do mundo. O componente *puramente semântico* teria um caráter apriorístico, já o componente teórico seria tratado pela teoria.

A parte mais extensa e importante da argumentação de Quine não foi pensada em termos tão gerais. Isso porque para Quine há um elemento comum a quase todas essas abordagens (na verdade, para ele, a todas as teorias do significado *merecedoras desse nome*), que é a concepção *composicional* do sentido dos enunciados. Quine claramente parte do pressuposto de que o apelo à composicionalidade é um elemento *essencial* para qualquer teoria do significado merecedora de atenção. E, no entanto, é exatamente contra esse componente (essencial) de qualquer teoria do significado que o filósofo vai argumentar, mostrando a impossibilidade de se determinar uma *estrutura composicional pura, a priori*, para uma língua natural. No entender de Quine, caso ele seja bem sucedido quanto a esse objeti-

vo mais circunscrito, também terá roubado toda a força e plausibilidade das propostas semânticas mais gerais, pelo menos quanto à possibilidade de seu emprego em teorias filosóficas.

Um último ponto importante a ser salientado, antes de darmos início à exposição de nossa proposta interpretativa. Para poder argumentar contra a possibilidade de semânticas *composicionalistas* apriorísticas, Quine lança mão de uma outra concepção semântica característica da filosofia do século XX, a abordagem *predisposicional* ou *atributiva* do sentido (Cf. FODOR, 2004). Seu intuito aqui, no entanto, é meramente *negativo*. Ele precisa dessa outra abordagem semântica apenas como base estratégica a partir da qual sustentar seu ataque ao composicionalismo. Em nenhum momento Quine pretende *substituir* a proposta composicionalista pela predisposicional. Como fica perfeitamente claro ao longo da argumentação do filósofo, essa outra concepção semântica seria irremediavelmente pobre, incapaz de exercer o papel desempenhado pela noção de “composicionalidade”.

Esse caráter puramente negativo deve ser salientado, não somente porque ele esclarece *retrospectivamente* as posições argumentativas de Quine em relação ao seu principal interlocutor, Carnap, mas também porque, *prospectivamente*, ele explicita as profundas divergências entre as posições de Quine e de Davidson. Quine jamais pretendeu, como Davidson espalhafatosamente sustentou durante anos², usar a concepção *atributiva/predisposicional* para obter uma semântica *composicional* das línguas naturais. Pelo contrário, sete anos antes do início do projeto de Davidson com *Truth and meaning* (1967), o ponto central pretendido por Quine *já era o de demonstrar a impossibilidade de qualquer projeto desse tipo*.

Como sabemos, a interlocução de Quine na época não era com Davidson, mas, sim, com Carnap e seu livro *Meaning and necessity* de 1947. Em *Meaning and synonymy in natural languages*, um suplemento acrescentado à segunda edição daquela obra (CARNAP, 1956, p. 233ss), Carnap procurara defender

uma abordagem em alguns aspectos semelhante à de Davidson: extrair toda a semântica *composicional* de uma língua natural, no caso a partir das reações de um falante³ frente a situações contrafactuais apresentadas na forma de questionários, por um lingüista fictício. À luz do texto de Carnap, os objetivos de Quine ficam transparentes: o filósofo americano está procurando demonstrar a impossibilidade de *qualquer projeto de extração desse tipo*, seja o de seu colega e mentor germânico, seja uma proposta como a de Davidson, vários anos depois.

O COMPOSICIONALISMO CLÁSSICO

Do ponto de vista historiográfico, tanto a origem da versão contemporânea *composicionalista* (criticada por Quine), quanto a semântica *predisposicional* (utilizada naquela crítica) devem ser creditadas a Frege e, em menor medida, ao Wittgenstein do *Tractatus logico-philosophicus*. Começemos pelo composicionalismo. É de Frege a grandiosa visão *funcional* da linguagem, encarando-a como uma imensa *estrutura indutiva* onde o conteúdo semântico dos compostos seria sempre funcionalmente determinado a partir de seus elementos componentes, até chegarmos, através desse processo de análise, aos nomes simples, os provedores semânticos originários da estrutura toda. Essa visão determina uma distinção absolutamente central para Frege: a distinção entre o papel semântico exercido por *expressões funcionais* e aquele exercido pelos *nomes*. Como já dissemos, os nomes teriam como papel essencial a conexão da estrutura semântica da proposição com a realidade. Em contraste com os nomes e sua conexão *extralingüística*, as expressões funcionais desempenhariam um papel *intralingüístico*, *composicional*: o de possibilitar a aglutinação de nomes, montando nomes mais complexos a partir do conteúdo semântico de nomes mais simples.

E aqui há um ponto muito importante. Se, como dissemos, do ponto de vista funcional a estrutura toda seria vista

como uma rede *uniforme* de conexões funcionais ascendentes, alimentada a partir da base, do ponto de vista das noções de *verdade* e de *denotação* essa estrutura se dividira em duas camadas: uma camada *subproposicional* (a metade inferior) e uma camada *proposicional* (a metade superior). A camada inferior determinaria o sentido dos nomes compostos, uma vez dados os significados dos nomes simples. Esse conteúdo dos nomes simples seria determinado, como afirmamos, pela conexão dessas unidades lingüísticas com elementos não lingüísticos, fundamentalmente, com suas denotações. Assim, um ponto importante sobre essa camada inferior é seu funcionamento *puramente indutivo*. Uma vez dadas as denotações dos nomes simples, na base da estrutura indutiva, todas as propriedades semânticas relevantes dos outros nós dessa rede (os nomes compostos) já estariam fixadas, não havendo mais nenhuma propriedade semântica extra a ser considerada⁴. Outro ponto importante aqui: em contraste com as camadas proposicionais, qualquer tipo de “quebra de conexão” determinaria simplesmente a ausência completa de denotação do todo⁵.

Passemos ao nível proposicional. Encontramos aqui uma diferença fundamental entre a conexão *denotativa* dos nomes (ordinários) e a conexão “*veritativa*” dos nomes de valores de verdade, i.e., das proposições (constituintes da camada superior). No caso da camada inferior, como vimos, qualquer falha de denotação, de conexão com a realidade, determinaria uma *ausência* de conteúdo semântico do complexo. Em contraste com o que ocorre na camada inferior, subproposicional, a situação na camada superior, proposicional, é mais complexa. Um composto pode não descrever a realidade (no sentido de não ser verdadeiro) e, ainda assim, lograr manter seu sentido intacto⁶. De fato seria exatamente esse o caso de todas as proposições *falsas*. Mesmo no sistema de Frege, onde essas proposições, ainda assim, mantêm suas denotações (denotando o misterioso “objeto falso”), poderíamos dizer que em algum sentido essas proposições *não descrevem a realidade*. Por mais fiel

que Frege possa se mostrar à concepção indutiva da linguagem, ainda assim, precisamos manter alguma “diferença hierárquica” entre as noções de “*verdade*” e de “*falsidade*”. De alguma maneira, a relação denotativa de um desses dois tipos de nomes proposicionais (os “nomes do falso” e os “nomes do verdadeiro”) precisaria ser privilegiada como sendo “aquela que descreve como a realidade efetivamente é”.

Repassando o que obtivemos até agora, o contraste entre as duas camadas (a subproposicional e a proposicional) seria fundamentalmente o seguinte. No nível subproposicional, uma vez dadas as denotações dos nomes simples (os objetos nomeados), as referências desses complexos já estariam completamente determinados. Ou seja, uma vez dadas as denotações dos nomes simples, não faria sentido pretendermos nos perguntar se a denotação dos nomes compostos *atribuídas pelas expressões funcionais componentes* realmente corresponderia aos *objetos associados a esses nomes compostos* “na realidade”.

Em contraste com a camada subproposicional, no nível proposicional teríamos, além do sentido do composto, uma outra propriedade semântica fundamental a ser considerada: sua *verdade*. A saturação dos nomes simples pela realidade, na base da estrutura indutiva (seu componente *composicional*), determinaria apenas o *sentido* da parte proposicional (ou seja, para Frege, suas *condições de verdade*). Mas, em contraste com a parte subproposicional, o papel semântico desempenhado pelas unidades proposicionais não se esgotaria aí. Haveria ainda um *segundo* papel fundamental desempenhado por esses compostos semânticos, para além daquele extraído de forma puramente indutiva a partir dos componentes simples, na base da estrutura funcional. Precisaríamos levar em conta também uma relação *direta* (não indutiva) dos compostos proposicionais com a realidade para podermos determinar um segundo traço semântico fundamental previsto pela teoria: a *verdade* daquele composto (FREGE, 1977a, p. 63).

Nesse ponto talvez valha a pena repassarmos rapidamente uma versão alternativa da semântica *composicional* proposta

por Wittgenstein em seu *Tractatus logico-philosophicus*. Naquela obra, como sabemos, ao invés de valores de verdade, as proposições projetariam *estados de coisas*. E, aqui, a distinção entre a camada subproposicional e a camada proposicional apresenta-se de uma forma mais cristalina. Haveria dois tipos de conexões com a realidade: aquela que ligaria os *nomes* às suas *denotações*, e aquela que ligaria as *proposições* aos *estados de coisas afigurados* (verdadeiramente ou não). No caso do segundo tipo, a ligação poderia ser ulteriormente subdividida em mais dois subtipos: a ligação da *proposição verdadeira* e seu *fato afigurado*, e aquela entre a *proposição falsa* e o *estado de coisas “meramente possível”* que ela afiguraria. Nada disso ocorreria no caso subproposicional. Uma vez dadas as denotações dos nomes simples, todas as denotações de *nomes compostos* já estariam determinadas de baixo para cima, *intringüisticamente*. Assim, a *denotação* seria apenas de um tipo; a *projeção afiguradora*, de dois. Na terminologia de Wittgenstein dos cadernos preparatórios para o *Tractatus*, as proposições seriam *bipolares*, mas os nomes não: “nomes são pontos, proposições, vetores – elas têm *sentido*. O sentido de uma proposição é determinado pelos dois pólos *verdadeiro* e *falso*” (WITTGENSTEIN, 1979, p. 101-102).

AS EXIGÊNCIAS DO COMPOSICIONALISMO CLÁSSICO

Na seção anterior descrevemos certos traços centrais da concepção *funcional (indutiva)* da linguagem formulada por Frege e Wittgenstein. Essa concepção se baseava na identificação de dois papéis semânticos fundamentais: o papel desempenhado pelos *nomes*, estabelecendo, na base da estrutura indutiva, as conexões *extralingüísticas* entre *linguagem* e *realidade*, e o papel desempenhado pelos *predicados*, responsáveis pelas conexões *intringüísticas*, transmissores do conteúdo dos nomes simples a nomes mais complexos, estrutura acima⁷. Vimos também que, ao contrário do que talvez pudéssemos

inicialmente supor, no composicionalismo clássico essa grande estrutura indutiva ascendente não era completamente *homogênea*. À meia altura dessa grande rede encontrávamos uma súbita e surpreendente *mutação* na própria natureza das conexões, segregando as funções indutivas ascendentes em dois tipos distintos: as funções *inferiores*, aquelas produtoras de *nomes compostos* de objetos (a partir de nomes simples), e as *superiores*, as funções *proposicionais*, produzindo “nomes de valores de verdade”.

Oferecemos também, ainda que de uma forma um tanto velada, uma explicação muito natural para essa estranha segregação. Mais ao estilo do *Tractatus* de Wittgenstein do que em termos da abordagem preferida por Frege, sugerimos que a distinção entre as duas camadas deveria ser buscada no *tipo de conexão com a realidade* que cada uma delas exercia. A camada inferior seria *determinadora* de sentido. Sua conexão com a realidade deveria ser, assim, anterior à própria possibilidade de qualquer comparação com o mundo (exercida pela camada superior). Isso porque, se seguirmos um princípio muito natural, o princípio da *anterioridade do sentido sobre a verdade*, antes mesmo de podermos sequer *julgar a verdade* de um proferimento (i.e., verificarmos sua conexão com a realidade, característica da camada superior), precisamos fixar precisamente seu *sentido*, i.e., o que exatamente é *afirmado* por aquele proferimento. Ora, justamente esse seria o papel desempenhado pela camada denotativa. A ela competiria a *determinação do sentido* das proposições, sentido esse que, no caso do composicionalismo, seria, é claro, indutivamente gerado a partir das denotações dos nomes simples.

Resta-nos sublinhar um ponto importante, ainda sobre o funcionamento semântico dessa camada inferior, denotativa, antes de passarmos à discussão da superior, proposicional. Como dissemos, haveria uma *anterioridade* do papel dessa camada em relação à superior. Assim, ilustrando o princípio com um exemplo simples, tomemos uma frase empírica qualquer,

digamos, “João foi à feira”. A idéia é: antes mesmo que pudéssemos “*comparar* o que essa frase afirma com a *realidade*” (para sabermos se ela efetivamente corresponde à realidade ou não), precisaríamos entender seu *sentido*, ou seja, precisaríamos saber, por exemplo, quem é esse João, de que feira estamos falando etc. Dessa forma, podemos entender a “anterioridade” da qual falamos de um modo muito literal: antes de uma proposição (como a de nosso exemplo) poder ser *comparada com a realidade* (no momento de seu proferimento), os *elementos subproposicionais* dos quais ela é composta já deveriam estar com suas *denotações* e *funções* determinadas (em algum momento anterior).

Ainda usando nossa ilustração, o *batismo* de João, a conexão daquele *nome àquela pessoa*, teria de já ter sido executado em algum momento pregresso. Mais do que isso, o *sentido* (funcional) do *verbo* “ir” também já deveria ter sido fixado em algum momento anterior (no caso, procurando-o na própria gênese da língua portuguesa ou, mais além, traçando-se suas origens no latim ou mesmo antes disso). De fato, como veremos mais abaixo, em sua versão mais estrita (de Frege e de Wittgenstein), essa anterioridade deveria mesmo ser *total*: as exigências do composicionalismo não seriam satisfeitas salvo se “lograssem empurrar” completamente *para fora do tempo* a fixação do papel semântico de *todas as conexões denotativas e funcionais*! Como veremos, mesmo os nomes próprios deveriam ter seus batismos executados em um ponto *fora da história*, e suas denotações deveriam permanecer *eternamente estáveis*. Mas deixemos esse ponto para mais adiante. Passemos agora para a camada superior, proposicional.

Em consonância com a proposta de explicação da dicotomia que estamos oferecendo, se o papel da camada inferior era o da *determinação do sentido*, o papel da camada superior seria o da *comparação com a realidade*, i.e., o da *avaliação da verdade* daquela proposição. Mas, aqui, novamente, como veremos, a visão composicionalista acabaria determinando

algumas escolhas muito surpreendentes. Essas estranhas exigências seriam, todas elas, decorrentes do próprio princípio central característico da abordagem composicionalista: a idéia de que a determinação do sentido do todo deva ser sempre decorrente apenas do significado de suas partes constituintes. Assim, em sua versão funcional, teríamos o princípio de que *todo e qualquer conteúdo semântico que fosse relevante à determinação da verdade deveria ser indutivamente determinado de baixo para cima, desde a base da estrutura*. E, é claro, se decidirmos ser completamente fiéis à abordagem composicionalista, a determinação indutiva ascendente deveria ser o *único fator* semântico considerado. Nenhum elemento extra, estranho ao composicionalismo, deveria intervir na tarefa de determinação do sentido dos compostos. Todo e qualquer componente do sentido que pudesse ter reflexo na *determinação da verdade* já deveria estar indutivamente *encarnado na própria estrutura composicional*.

As conseqüências dessa versão forte do composicionalismo são bem conhecidas. Frases ordinárias como a que usamos acima (“João foi à feira”) seriam notoriamente carregadas de *dependências contextuais* que determinariam, *para aquela situação*, a identidade exata de João, da feira mencionada, o intervalo de tempo em questão referido pelo verbo “ir” etc. Ora, como vimos, uma decorrência direta da abordagem composicionalista seria exatamente a exigência de que nenhuma dessas determinações permanecesse *exterior* às proposições, mas, pelo contrário, já aparecesse firmemente *estampada em sua estrutura composicional*. Assim, para evitarmos desqualificar praticamente todas as afirmações ordinárias como *pseudo-sentenças* (ou sentenças com um *sentido indeterminado*), o único caminho é abrimos mão de entender a estrutura *composicional* de que falávamos como se referindo à estrutura *sintática* dos proferimentos. Claramente aquelas estruturas sintáticas seriam por demais pobres para tal tarefa, basta olharmos para nossa ilustração acima.

A saída seria postularmos então um *outro arcabouço virtual por detrás do sintático* que encarnasse, esse sim, a completa determinação da identidade dos vários *sujeitos* envolvidos, sua localização *espacial* precisa e a determinação exata do (intervalo de) *tempo* envolvido na afirmação: daí a idéia de “pensamento” fregeano (FREGE, 1964, p. 14, 1978, p. 59-60 e 1977, p. 10). No pensamento fregeano, por detrás das proposições ordinárias, todas essas determinações, *temporais, espaciais, referenciais*, já estariam representadas na própria estrutura lógica dos proferimentos, suas “formas lógicas”. Neles, as exigências do composicionalismo estariam finalmente cumpridas.

Mas, vejamos com mais cuidado o alcance das demandas composicionalistas. Claramente, não deveria restar nenhuma contextualização nesses *doppelganger* lógicos dos proferimentos ordinários. Ou seja, todas essas determinações temporais, espaciais e referenciais deveriam ser *absolutas*, i.e., válidas para o *universo inteiro*, a partir de *todo e qualquer ponto da eternidade* que se pudesse querer. Somente assim, com uma fixação universal e eterna dos conteúdos proposicionais, seriam completamente evitados os apelos a contextualizações externas, não composicionais. Daí termos dito antes que, estritamente, o processo de batismo, de ligação dos *nomes* às suas devidas *denotações*, deveria ser executado em um momento *anterior ao tempo* e válido *por toda a eternidade*. Frente a essas exigências, como muitos autores notaram, todos os nomes próprios de nossa linguagem ordinária se mostrariam falhos, pseudo-nomes (WITTGENSTEIN, 2001, §57-59).

As conseqüências desse tipo de linha argumentativa são bem conhecidas. As exigências, recaindo sobre as estruturas composicionais virtuais (por detrás dos proferimentos ordinários), tendem a crescer rapidamente e se tornarem fortemente idealizadas. Nas palavras do *Tractatus* de Wittgenstein: “a linguagem é um traje que disfarça o pensamento. (...) Os acordos tácitos que permitem o entendimento da linguagem corrente são enormemente complicados” (WITTGENSTEIN,

1974, 4.002). Em dois outros trechos, agora dos cadernos preparatórios para o *Tractatus*, o peso dessas exigências é ainda mais claro:

Quando eu digo que meu relógio tem brilho, e a composição do que eu quero dizer por “este relógio” se altera no menor dos particulares, isso significa não apenas que se altera o sentido da sentença em termos de seu conteúdo, mas também, diretamente, o sentido do que eu estou dizendo a respeito desse relógio se altera. A forma total da proposição se altera. (WITTGENSTEIN, 1979, p. 61)

Uma proposição como “esta cadeira é marrom” parece dizer algo enormemente complicado, pois se quiséssemos expressar esta proposição de tal forma que ninguém pudesse levantar objeções a ela em termos de ambigüidade, ela teria de ser infinitamente longa (WITTGENSTEIN, 1979, p. 61; ver também FREGE, 1964, p. 159).

VERDADE COMO NOMEAÇÃO

Na seção passada, vimos como a abordagem composicionalista e a conexão sentido/verdade acabam por determinar certas opções surpreendentes para nosso entendimento do que seja o sentido de uma proposição. Procuramos mostrar, no entanto, que essas exigências seriam decorrências muito *diretas* dos preceitos fundamentais do composicionalismo funcional. Na presente seção, iremos mais além e procuraremos argumentar que, quando encarados de forma conseqüente, os princípios composicionalistas acabam por nos levar a uma concepção estranha até mesmo da noção mais central de toda a metade *superior* (*proposicional*) da estrutura composicional, a própria noção de “*verdade*”. Estamos nos referindo, é claro, à conhecida tese fregeana da *verdade como nomeação*. Nossa linha de argumentação será a de que, por mais estranha que aquela concepção possa ser, ela seria completamente *interna* à abordagem funcional clássica e não, como Dummett e outros autores procuram por vezes dar a entender, apenas uma “escolha

lateral infeliz de Frege, relativamente tardia em sua obra, e motivada, talvez, pelo desejo (excessivo) de simplificação de seu sistema” (Cf. DUMMETT, 1981, p. 182-184). Não pretendemos negar, é claro, que haja outros elementos importantes na concepção de verdade de Frege (Cf. GREIMANN, 2005), apenas insistimos que esses outros elementos não têm uma compatibilização fácil com a abordagem composicionalista do filósofo, ou que, pelo menos, a tese da verdade como nomeação continua sendo uma decorrência natural desses princípios.

Ao explicarmos, mais acima, a curiosa segregação da estrutura *composicional* dos proferimentos em duas camadas, a camada denotacional e a proposicional, recorreremos à idéia de que o tipo de conexão com a realidade de cada um desses estratos era diferente. A camada inferior seria *determinadora de sentido*. As conexões entre os nomes (simples) e a realidade (com seus objetos nomeados) já deveriam estar disponíveis antes mesmo que qualquer *descrição* (proposicional) do mundo pudesse ocorrer. Por outro lado, seria natural aceitarmos, com Wittgenstein, que qualquer *falha de conexão* nesse nível determinaria uma completa destruição do sentido proposicional. Se o sentido desses compostos é para ser determinado, em última análise, unicamente pela conexão dos nomes simples com suas denotações, qualquer falha nesse nível fundamental claramente repercutirá funcionalmente sobre a estrutura inteira. O papel determinante da verdade exercido por aquele elemento, por aquele nome, estaria faltando. Em uma visão mais estrita como a que estamos tratando, um *sentido indeterminado* (em qualquer de seus componentes) não seria, de fato, um *sentido*.

Em contraste com a camada inferior, na superior, as *proposições* seriam *comparadas* com a realidade. Seus sentidos seriam, portanto, *independentes* dessa comparação. Ainda que elas não lograssem descrever a realidade (i.e., ainda que fossem falsas), mesmo nesses casos, suas *identidades semânticas*, os *conteúdos alegados*, seriam preservados. Daí a naturalidade da visão da verdade como uma *propriedade*. Da mesma forma que

em uma predicação ordinária, classicamente determinamos primeiro a *identidade do sujeito* da predicação, sobre *quem* ou o *que* estamos falando, para só então considerarmos, *uma vez fixa a identidade do sujeito*, o que afirmamos sobre ele. Aqui também seria natural considerarmos o sentido de uma proposição como um objeto cuja *identidade é independente* de sua *propriedade ulterior* de “descrever”, ou não, a realidade. Para podermos comparar duas entidades, é preciso que as identidades desses dois objetos sejam dadas antes, e de forma independente, da comparação. De um lado temos o *sentido* de uma proposição, de outro, como a realidade é; o que pretendemos é *comparar* um com o outro. De fato não estaríamos aqui reafirmando mais do que o conhecido princípio da *anterioridade do sentido sobre a verdade*: é preciso primeiro determinarmos o *sentido* de um proferimento, para só depois determinarmos se ele descreve algo real.

Uma das teses mais extravagantes e características de Frege é a idéia de que as proposições deveriam ser tratadas como *nomes (compostos) de valores de verdade*. Em conjunção com a visão funcional da linguagem, isso nos levaria à idéia de que a verdade e a falsidade deveriam ser entendidas, não como *propriedades*, mas como *objetos* que seriam nomeados por certos *nomes compostos*, as proposições. Ou seja, em termos composicionais, a sugestão final de Frege é a de que deveríamos conceber *proposições*, como “Platão era filósofo” ou “Abelardo amava Heloisa”, em analogia com *funções matemáticas* como “ $\sqrt{4}$ ” ou “ $3 + 5$ ”. Da mesma forma que “ $\sqrt{4}$ ” seria um *nome composto* para o número 2 e “ $3 + 5$ ”, para o número 8, as duas proposições acima seriam *nomes compostos* do objeto “verdadeiro”. Apesar de muito conhecida, essa tese de Frege, de que as proposições seriam nomes de valores de verdade, goza de uma resistência quase universal entre os filósofos. Dummett chega mesmo a escrever: “é trágico que um pensador que conseguiu obter a primeira análise realmente pe-

netrante da estrutura de nossa linguagem tenha acabado sendo levado a tais absurdos” (DUMMETT, 1981, p. 184).

Não é difícil de se propor uma raiz para essas reações tão adversas à tese de Frege. Como já de certa forma antecipamos, basta avaliar essa tese à luz do princípio da *anterioridade do sentido* sobre a verdade para percebermos que há um problema com ela. Assim, por exemplo, segundo a sugestão de Frege, a relação da proposição “Abelardo amou Heloisa” com a *verdade* deveria ser *identificada* com a relação que a operação “3 + 5” tem com o número 8. A dificuldade com essa proposta é imediata. Como pensar a *operação de adição, aplicada aos números 3 e 5*, mas, ao mesmo tempo, *manter uma independência lógica para com o resultado “8”*? Que espaço teríamos para pensar *aquela nossa operação de adição, “+”*, mas encará-la como independente, para os argumentos “3” e “5”, de seu resultado, “8”? Dada essa situação, não é difícil de se entender a surpreendente aproximação de Frege com a concepção de “verdade como identidade” e sua recusa da idéia de “comparação”, em trechos do famoso “*Der Gedanke*”:

...isso não é de forma alguma o que as pessoas pretendem quando definem verdade como a correspondência de uma idéia com algo real. Pois nesse caso é essencial precisamente que a realidade seja algo distinto da idéia. Mas então não pode haver nenhuma correspondência completa, nenhuma verdade completa. Assim, nada seria verdadeiro; pois o que é apenas meia verdade é uma inverdade. (FREGE, 1977b, p. 3)

A verdade de um proferimento estaria completamente dada pela sua própria estrutura: não faria sentido pretendemos distinguir o *sentido* da *realidade*; não haveria espaço algum para a idéia de *comparação*. A *verdade* estaria dada no próprio *sentido* da proposição.

Como afirmamos antes, no entanto, essas dificuldades com a proposta de Frege nos parecem diretamente decorrentes da própria *visão composicional/funcional* que é tão central ao pensamento do filósofo. A idéia de que qualquer *fator determi-*

nador da verdade de uma sentença devesse estar *funcionalmente estampado na estrutura composicional do pensamento* expresso não parece deixar margens à independência do *sentido* para com a *verdade*. O sentido do predicado, compreendido por Frege como sendo dado pela *maneira como esse predicado mapeia nomes de objetos ordinários em valores de verdade*, não parece abrir espaço algum para pensarmos *aquele mesmo predicado*, aplicado aos *mesmos nomes*, mas determinando *resultados diferentes*. Recorrendo ao Wittgenstein do *Tractatus*, poderíamos explicar o mesmo ponto de outra forma. Se o conteúdo semântico dos *nomes se esgota* em sua conexão com os *objetos nomeados*, um nome que nomeie *outro* objeto é, em realidade, *outro nome*. A subsunção da classe das *proposições* a de nomes feriria diretamente, assim, o princípio da *independência entre sentido e verdade*. O preço que pagaríamos por finalmente *homogeneizar a estrutura indutivo-funcional inteira* (como consistindo em uma única relação fundamental de *nomeação*) seria exatamente a impossibilidade de encarar o sentido de uma proposição salvo em relação ao seu valor de verdade.

QUINE, ATRIBUIÇÃO DE SENTIDO E A DISPUTA CIENTÍFICA

Fizemos esse longo percurso exploratório sobre o composicionalismo clássico, muito longe das idéias de Quine, mas, como veremos, essa exploração vai nos facilitar enormemente a identificação dos elementos fundamentais da posição adotada por aquele filósofo americano. Antes de passarmos à consideração do argumento *geral* de Quine contra abordagens composicionalistas, repassemos rapidamente o que nos parece ser a raiz de suas reservas com relação à versão mais clássica do composicionalismo que vínhamos tratando, a versão que identifica *sentido de um proferimento* com suas *condições de verdade*. Esse exercício de reconstrução do pensamento de Quine será importante por revelar certos princípios fundamentais norteadores de todo o percurso intelectual do filósofo.

Começemos pelos pontos de convergência de Quine para com as posições que acabamos de apresentar. Claramente, um ponto muito importante de afinidade entre o filósofo americano e seus antecessores era a ênfase no *caráter público* da linguagem (Cf. FØLLESDAL, 1999, p. 729-732). Da mesma forma que Frege e Wittgenstein antes dele, Quine recusava a idéia de enclausurar a fonte fundamental da qual brotaria toda a significação de nossos proferimentos em um obscuro espaço subjetivo, por princípio completamente inacessível a qualquer corroboração intersubjetiva: a idéia de “mente”. A sugestão do filósofo era a de que deveríamos procurar a raiz das noções semânticas não nesse espaço impenetrável, mas na *correlação dos proferimentos com o mundo*, nas condições de verdade desses proferimentos, idéia claramente simpática a Quine. Da mesma forma que seus antecessores, o filósofo americano é explícito quanto à única fonte de atribuição semântica aceitável por ele: a realidade.

Contudo, dois dogmas fundamentais do empirismo continuam inatacáveis e permaneceram desse modo até hoje. Um deles é que quaisquer que sejam as corroborações empíricas que existam para a ciência, serão corroborações sensórias. O outro, ao qual eu recorrerei esporadicamente, é que qualquer fixação de significado de palavras deva repousar em última instância em corroborações empíricas. (QUINE, 1969, p. 75)

Quine concorda com a crítica de Frege ao mentalismo semântico e aceita também que a única solução para o problema da determinação do sentido seja deixarmos a idéia de “mente” de lado e procurarmos, na correlação dos proferimentos com as situações no mundo, a raiz do fenômeno da significação. No entanto, como veremos, os resultados negativos da proposta clássica que expusemos na seção passada determinam certas conseqüências completamente inaceitáveis para Quine.

Notoriamente há um valor, para o filósofo americano, do qual ele não está, de forma alguma, disposto a abrir mão: a

ciência. A prática científica, a idéia de *corroboração*, de disputa e *resolução racional desses embates*, são visões por demais caras ao filósofo: Quine está disposto a quaisquer esforços filosóficos a fim de viabilizar *essa imagem* da ciência. E é exatamente um atentado contra *essas* intuições fundamentais que Quine crê encontrar nas propostas do composicionalismo clássico. Para que possa sequer *falar na idéia de disputa intelectual*, de dois cientistas que *discordem quanto à verdade de um mesmo* proferimento (muito antes da idéia de *resolução racional* dessa disputa, de *corroboração*), é preciso que, *com relação a esse proferimento* (i.e., esse *sentido*, na boca de um e de outro), um deles possa ser tido como *verdadeiro* e outro, *falso*. Ora, exatamente nesse ponto, como vimos, a abordagem clássica parece se envolver em dificuldades. A conexão verdade/sentido sugerida pelo composicionalismo clássico é por demais estreita para permitir *um mesmo sentido* com *duas atribuições de valores de verdade*. Isso equivaleria a pretendermos identificar, em duas ocorrências distintas, *um mesmo nome*, a despeito de que nessas ocorrências esse nome nomeasse *dois objetos diferentes*.

Da mesma forma que Parmênides tantos séculos atrás, Quine está completamente ciente das dificuldades de recusar a *verdade* de um proferimento sem que isso perturbe seu *sentido*. No entanto, diferentemente de seu antecessor histórico, o filósofo americano está disposto a abrir mão até mesmo de uma noção “transcendente de *verdade*”, se isso lhe permitir viabilizar a idéia de atribuição de *correção* e *incorreção* a proferimentos, de *disputa* e *resolução* de conflitos científicos. O composicionalismo clássico jamais poderia ser aceitável para Quine, ao não poder oferecer espaço às idéias de *disputa* e *resolução* de discordâncias científicas. Claramente, no entanto, as divergências do filósofo americano *vis-à-vis* as propostas clássicas iam muito além dessa inabilidade mais pontual. Como veremos a seguir, Quine discordava frontalmente de certas escolhas teóricas iniciais fundamentais para o composicionalismo clássico.

Em nossa apresentação daquela posição semântica, insistimos muito na idéia de que a estrutura *composicional* clássica era dividida em duas camadas, a camada *subproposicional* e a *proposicional*. Além disso, oferecemos também a seguinte elucidação geral para o porquê daquela estranha estratificação: a camada subproposicional seria *determinadora do sentido*, caberia à camada proposicional a tarefa de *comparar esse sentido à realidade*. É nesse ponto, tão inicial na caracterização do composicionalismo clássico, que as divergências entre Quine e essa abordagem começam a aparecer. Fixemos nossa atenção na camada *determinadora do sentido*, i.e., na camada *subproposicional*. Como procuramos mostrar duas seções atrás, se formos atentar cuidadosamente para as exigências que a idéia de *sentido como condições de verdade* impõe à determinação de sentido feita pela camada subproposicional, veremos que essa determinação tem características surpreendentes. De fato, como argüimos antes, essas exigências determinariam, nada mais, nada menos, que uma *fixação absoluta e atemporal* desse sentido, a ser levada a cabo desde um ponto *anterior ao próprio tempo!* Não somente a *denotação das partes insaturadas*, mas também o *comportamento funcional das partes saturadas* deveria ser fixado *de uma vez por todas e de forma anterior a qualquer descrição temporal* (proposicional). Todo o processo de determinação do sentido se daria fora do tempo, e em relação a ele permaneceria, para sempre, *completamente imperturbável*.

Para Quine, essas conseqüências do composicionalismo clássico são inaceitáveis. A intuição fundamental por trás dessa recusa não parece ser, no entanto, apenas uma recusa a postulações de sabor platônico. O ponto central, inadmissível para Quine, parece ser o de que essa teoria ofereceria uma visão distorcida do intercâmbio lingüístico em geral, e da disputa científica, em particular. Teríamos uma imensa parte semântica, fixadora do sentido dos proferimentos, que permaneceria eternamente resguardada, de antemão, a qualquer embate intelectual. Essa fixação de sentido, a *gramática* e o léxico por

detrás desses proferimentos, estaria continuamente no papel determinador de significação, sem jamais poder ser, ela própria, objeto de disputa. Isso teria de envolver a postulação de uma *neutralidade absoluta* dessa camada em relação à tarefa exercida pela camada superior, proposicional (de descrição do mundo).

É esse o ponto que parece inaceitável para Quine. Claramente a determinação de sentido não é um processo que possa ser isolável da determinação da verdade, nas disputas intelectuais. Como procuraremos advogar mais adiante, a idéia de uma *distinção analítico/sintético*, de oferecermos um princípio que separe *pura gramática do envolvimento teórico*, não seria, em si, uma idéia inadmissível a Quine (Cf. LEPORE, 1995). Em nosso entender, o que parece totalmente inaceitável para o filósofo na abordagem clássica é, por um lado, o tamanho da fatia “puramente analítica” (determinadora de sentido, a salvo das disputas) por ela proposta e, por outro, a fragilidade da justificação para essa partilha: a insistência na idéia de composicionalidade. Como afirmamos no início de nosso artigo, em nosso entender é exatamente essa idéia, a idéia de *composicionalidade*, que passa a ocupar, a partir desse ponto, o foco das críticas do filósofo.

O PRINCÍPIO DA GANGORRA

Como vimos na seção anterior, se, por um lado, Quine era crítico ao modelo de elucidação semântica oferecido pelo composicionalismo devido ao seu caráter fortemente idealizado e apriorístico, por outro, o filósofo americano convergia em *pelo menos uma intuição* cara àquela abordagem clássica: a crítica ao mentalismo e a insistência no caráter público da linguagem. Ao invés de localizar o cerne dos fenômenos semânticos em um espaço totalmente privado, necessariamente inacessível de modo intersubjetivo, Quine simpatiza com a motivação geral por trás da idéia de *sentido como condições de verdade*: é na *correlação com o mundo* que deveríamos procurar a raiz de nossas

noções semânticas. Mas, enfoquemos esse ponto – a idéia de “conexão com a realidade como cerne da semântica” – com mais vagar, detidamente. Em nosso entender, ele é a chave de acesso a uma das intuições mais básicas para toda a filosofia de Quine. Propomos dar o nome de “*princípio da gangorra*” a essa concepção tão central ao pensamento daquele filósofo.

Tal como ocorre com tantas outras visões filosóficas fundamentais, a sugestão por trás desse princípio é simples. Trata-se apenas da idéia de que podemos usar a correlação *proferimento/realidade de duas maneiras opostas*. Fixando-se o *sentido* de um proferimento, i.e., tomando sua *significação* como tendo sido *previamente dada* (de alguma maneira), podemos então usar a compreensão desse mesmo sentido para nos *informarmos sobre o mundo*. Nesse caso, estamos encarando a correlação proferimento/realidade em termos *descritivos, veritativos*: pretendemos falar e sermos informados *sobre* a realidade, os proferimentos *verdadeiros* cumpririam corretamente essa função; os *falsos* não.

O componente interessante do princípio da gangorra não está, no entanto, *nesse* uso da correlação proferimento/realidade. A novidade da proposta aparece no uso alternativo que ela oferece para essa conexão. Ao invés de tomarmos o *sentido* como dado e inquirirmos sobre sua *verdade* (*sua propriedade de descrever corretamente o mundo*), o princípio da gangorra postula também um emprego inverso daquela conexão. Segundo esse princípio, podemos alternativamente usar a conexão, não para, com base no *sentido*, determinarmos a *ocorrência* (ou não) da correlação, mas, sim, usarmos as várias *situações de correlação* para determinarmos o *sentido do que foi proferido*. Nesse uso oposto, tomamos como fixo, como dado, não nosso acesso ao *sentido da sentença proferida*, mas nosso conhecimento do *que está acontecendo no mundo*, i.e., como o mundo realmente é. Nesse uso, nosso conhecimento sobre a realidade não será, por nós, posto em dúvida. E, por sua vez, usamos *essa confiança* para podermos *atribuir sentidos*: avaliar o que efetivamente quis dizer *um determinado falante* com um seu *proferimento em um*

*momento específico*⁸. Assim, por exemplo, usando uma imagem derivada de Quine, poderíamos usar o repetido emprego da expressão “*It rains!*” em *situações chuvosas* para arriscarmos a tradução “Chove!” para aquela asserção (voltaremos a esse ponto mais adiante).

Um último ponto sobre o princípio da gangorra, antes de darmos início a nossa exposição de seu uso na crítica que Quine faz às propostas composicionalistas em geral. Os dois empregos – *descritivo e semântico* – da idéia de correlação proferimento/realidade são *excludentes entre si*. Para podermos tomar um proferimento como descrevendo o mundo, precisamos *pressupor seu significado*. Inversamente, para podermos usar a ocorrência desse proferimento para atribuição de um sentido a ele, precisamos *pressupor nosso conhecimento de como o mundo é*. Mas não podemos fazer as duas coisas simultaneamente: ao mesmo tempo botarmos em dúvida nosso acesso ao sentido de um proferimento e nosso *conhecimento de como o mundo seja*. Ou seja, podemos usar a correlação proferimento/realidade de duas maneiras, mas não de uma só vez. Daí, é claro, o nome que propusemos para esse princípio: se um lado da gangorra está embaixo, o outro, por força, estará em cima.

O COMPOSICIONALISMO DE PERNAS PARA O AR

Desde o início de nossa exposição dos componentes doutrinários fundamentais do composicionalismo clássico vínhamos insistindo no forte contraste entre os dois tipos de conexão com a realidade que aquela semântica previa. Tínhamos as conexões *denotativas, atemporais*, que fixavam a significação dos nomes simples, na base da estrutura indutiva. E tínhamos a conexão *descritiva, temporal*, que determinava, por comparação, a verdade ou falsidades dos proferimentos. Por fim, entre esses dois tipos de conexões, o composicionalismo postulava uma complexa rede *funcional* que conectaria as primeiras às conexões do segundo tipo. A proposta de Quine torna-se, nesse ponto, clara: *inverter completamente o sentido da determinação*

semântica sugerido pela proposta clássica. Ao invés de as conexões *atemporais denotacionais* determinarem, em conjunto com as *funções indutivas intralingüísticas*, o *sentido das proposições* (que se conectariam descritivamente com o mundo), o filósofo propõe investigar se seria possível *inverter* a empreitada toda. Repassemos os componentes fundamentais da proposta.

O primeiro passo dado por Quine já se dá claramente na contramão da sugestão composicionalista: ao invés de tomarmos a conexão *denotativa* como básica, elegeremos a conexão proposicional como *fundamental*. Assim, longe de subsumirmos a categoria das *proposições* à de nomes, faremos justamente o contrário: iremos subsumir os *nomes* às *proposições*. De fato, a idéia de Quine é bem mais abrangente ainda: nada mais nada menos do que todas as *expressões categoremáticas* da linguagem serão encaradas como *proposições*. Mesmo os *elementos funcionais* da linguagem (os antigos *predicados*) ganhariam conexões diretas com a realidade. Quine chama essas novas sentenças de “*sentenças de uma palavra só*”: “‘Ouch’ era uma sentença de uma palavra só (*One word sentence*). ‘Vermelho’ e ‘Quadrado’, quando usados isoladamente (...) também são melhor encarados como sentenças” (QUINE, 1960, p. 9). Para distinguir essas novas proposições dos antigos componentes subproposicionais que lhes deram origem, o filósofo propõe o uso de letras maiúsculas no início da expressão (QUINE, 1960, p. 52). Nesse texto propomos não somente o uso de caixa-alta, mas também o sinal de *exclamação* para enfatizar ainda mais a força assertórica das novas sentenças. Assim, escrevemos “*vermelho*” para o *componente subproposicional* (o predicado), mas “*Vermelho!*” para a *asserção*.

Após esse extraordinário enriquecimento das conexões proposicionais em nossa semântica, Quine propõe lançarmos mão do uso *semântico* (postulado pelo princípio da gangorra) sobre essas (novas) conexões. Ou seja, de *descritoras do mundo*, a nova classe proposicional alargada passará a exercer o papel de *determinadora de significados*. A idéia de Quine é um verdadeiro

“composicionalismo posto de pernas para o ar”. Ao invés da estrutura composicional determinar, de baixo para cima, o sentido da proposição e sua ulterior comparação com a realidade, o contrário se dará. O projeto do filósofo americano será avaliar se a *conexão com a realidade* (usada como ferramenta semântica) seria suficiente para recuperar (univocamente) a *estrutura composicional* postulada pelo composicionalismo. Assim, em um movimento oposto àquele da abordagem clássica, o *topo* da estrutura será chamado a determinar duas coisas: sua base *denotativa* e suas ligações estruturais *funcionais*. É o resultado final *negativo* obtido pelo filósofo no curso *dessa* investigação que determina, como veremos, a sentença definitiva de Quine: a recusa a todas as propostas composicionalistas, clássicas ou não. A avaliação final de Quine é a de que a mera conexão proposicional com o mundo é por demais pobre para determinar *univocamente* a imensa estrutura *composicional* postulada por aquelas abordagens. Mas antes de explorarmos essa conclusão do filósofo, e os argumentos que o levaram a ela, precisamos determinar o próprio estatuto lógico da discussão de Quine. Em outras palavras, precisamos determinar o papel que os argumentos de natureza *puramente empírica* e o uso de argumentos *apriorísticos* desempenham em sua argumentação.

O USO SEMÂNTICO DA CONEXÃO REALIDADE/PROFERIMENTO E O ASPECTO MODAL DO ARGUMENTO DE QUINE

Enfoquemos uma vez mais, detidamente, o “uso semântico da conexão realidade/proferimento” postulado pelo princípio da gangorra. Como é amplamente conhecido, nas mãos de Quine esse “uso semântico” ganha contornos claramente *empiristas*⁹. No conhecido experimento imaginário da *tradução radical*, exposto no famoso segundo capítulo de *Word and object*, Quine imagina um lingüista envolvido exatamente na tarefa que descrevemos na seção anterior: procurando recuperar toda a *gramática* (estrutura funcional) e *léxico*

(conexões denotativas) de uma língua nativa desconhecida a partir da observação atenta das conexões entre proferimentos e situações de mundo circundantes a esses proferimentos. Em termos reminiscentes a Hume, tal tarefa seria concebida como envolvendo inicialmente a mera correlação hipotética entre certos *tipos de situações* e certos *tipos de proferimentos*.

Segundo Quine, o que estaríamos procurando determinar inicialmente (nessa situação de tradução radical) seria, dados certos tipos de situações circundantes, as *predisposições* do nativo para certos tipos de comportamentos verbais, ou seja, os comportamentos que o nativo *poderia* ter, frente àquelas situações. Os dados corroboradores dessas hipóteses, no entanto, se restringiriam apenas às situações de *proferimentos espontâneos* por parte do nativo. O próprio Quine logo percebe que o mero apontamento de pares *proferimento espontâneo/situação circundante* parece ser uma base empírica por demais pobre para estabelecermos *predisposições alternativas* de comportamento (igualmente possíveis, mas não atuais) frente às situações experimentais (QUINE, 1960, p. 29). Em um controvertido movimento argumentatório, o filósofo propõe então enriquecer o registro *passivo dos proferimentos espontâneos* do nativo com um elemento *ativo: perguntas proposicionais* para o *assentimento* ou *dissentimento* do nativo (QUINE, 1960, p. 29). Seu objetivo deixa de ser então o mero estabelecimento das *predisposições* de emprego *espontâneo* do nativo de certos tipos de proferimentos (dadas certas situações circunvizinhas) e passa a ser o da determinação de predisposições para *assentimento e dissentimento* desse nativo frente a certas *perguntas indutoras*. Padrões predisposicionais de *assentimento e dissentimento*, e não mais padrões predisposicionais de *comportamento verbal* (em geral) passam a ser o alvo das investigações empíricas do lingüista na situação de tradução radical. Assim, os famosos conceitos de *significado estimulativo* (positivo e negativo) são formulados em termos de predisposições para veredictos desse tipo (QUINE, 1960, p. 32-33).

Muitos autores criticaram duramente essa decisão metodológica de Quine. A reclamação era a de que a concessão da tradução das expressões nativas de *assentimento* e *dissentimento* (e das expressões para *indagação*) introduzia um elemento *arbitrário* e *inaceitável* à sua linha argumentativa, desvirtuando-a completamente (Cf., por exemplo, HINTIKKA; DAVIDSON, 1975, p. 70-71). Não vamos entrar aqui nessa complexa ¹⁰controvérsia, salvo para replicarmos que essa rápida desqualificação das alegações de Quine não faz justiça a uma outra dimensão, *claramente não empírica (modal)*, de sua posição. Nesse ponto, é importante enfatizarmos que Quine *não tem maior interesse* nas noções de “assentimento” e de “dissentimento” *per se*. De fato, essas noções desempenham um papel meramente *instrumental* para o filósofo. Tampouco está o filósofo interessado na idéia de “*espontaneidade*”, de comportamento *livre de indução*. Como já mencionamos, o conceito fundamental pretendido por Quine é, desde o início, mais *geral* do que esses. Ele engloba *todas as predisposições para comportamento verbal* (de quaisquer tipos, quer sejam eles induzidos ou não). A idéia fundamental para o filósofo, como dissemos, é a da correlação entre “*todos os comportamentos verbais possíveis*” (de um falante) e “*todos os estados de mundo (situações contrafactuais) possíveis*”. Esse interesse no conceito mais geral de “*predisposições para comportamento verbal*” fica claro, por exemplo, em sua famosa definição de linguagem na quarta capa de *Word and object*: “a linguagem consiste em predisposições, socialmente instiladas, para respondermos observacionalmente a estímulos socialmente observáveis” (QUINE, 1960, quarta capa). O recurso às perguntas, assentimentos e dissentimentos no contexto da tradução radical não era mais do que *um instrumento* para lograrmos determinar empiricamente *essa correlação modal* fundamental que interessava ao filósofo.

Podemos ir mais além, e afirmarmos que sequer o caráter *observacional, empírico*, era decisivo para o filósofo. Como fica

claro em uma réplica a Chomsky em 1969, o filósofo aceita *abrir mão* completamente da *observacionalidade*: “considere (...) a totalidade das verdades da natureza, conhecidas e desconhecidas, observáveis e não-observáveis, passadas e futuras. O ponto sobre a indeterminação da tradução é que ela se mantém até mesmo frente à totalidade da verdade sobre a natureza” (HINTIKKA; DAVIDSON, 1975, p. 303). Assim, ao menos em argumentos por *redução ao absurdo* da posição do oponente, Quine está disposto a deixar de lado a exigência de *acessibilidade empírica*: ele está confiante de que, ainda assim, seu ponto crítico ao composicionalismo se manteria de pé¹¹. É esse argumento, *apriorístico*, que parte não de uma determinação de padrões de *assentimento* e de *dissentimento*, mas, sim, da mera correlação predisposicional entre *comportamento verbal* e *situações de mundo* (contrafactuais ou não), que irá nos interessar daqui em diante. Isso porque, como veremos, o projeto empírico da *tradução radical não é* o único (e talvez, no entender do Quine, sequer o mais importante) ponto de sua argumentação contra a semântica *composicional*. Sua argumentação não depende em nada da identificação de gargalos *empíricos* de qualquer espécie (i.e., um problema de *acesso observacional*). O desafio que Quine interpõe às propostas composicionalistas se assemelha muito mais a um *teorema* (reminiscente à teoria dos modelos), demonstrado *aprioristicamente* a partir de uma base que nada tem de empírica: a totalidade das predisposições de comportamento verbal de um falante. A análise da situação de *tradução radical* (empiricamente encarada) era apenas uma parte (extremamente importante, mas relativamente independente) do percurso de demonstração de seu “*teorema*”. Nosso interesse aqui irá noutra direção.

O TEOREMA DO AUTOMORFISMO DE QUINE

Voltemos à argumentação principal de Quine contra a viabilidade da abordagem composicionalista do sentido. Como

já dissemos, a recusa (ou não) do composicionalismo dependia da determinação da *possibilidade* de uma certa *tarefa lógica*: extrair-se (univocamente) a estrutura *composicional* inteira da língua a partir apenas das *predisposições para proferimento* de seus falantes (tomadas como dadas). A pergunta que o filósofo pretende avaliar é: na suposição de termos em mãos (de alguma forma) essa totalidade das predisposições para proferimento dos falantes de um língua, seria possível recuperarmos a (uma única) estrutura indutiva subjacente, postulada pelo composicionalismo? É a resposta negativa a essa pergunta, a possibilidade dessa empreitada, que selará, aos olhos do filósofo, o destino daquela abordagem semântica.

Para que pudesse ser levada a cabo, a empreitada da recuperação da estrutura léxico/gramatical de uma língua a partir das predisposições de proferimento dos falantes precisaria envolver três passos fundamentais. Em primeiro lugar, teríamos que segregar as várias unidades sintáticas dos proferimentos nativos em termos das duas categorias básicas do composicionalismo: os *nomes* e as *expressões funcionais* (os predicados aí incluídos, é claro). Em segundo lugar, teríamos que lograr determinar (univocamente) as *denotações* que deveríamos associar às unidades sintáticas na categoria dos *nomes simples*. Por fim, deveríamos ser bem sucedidos na tarefa de identificar os *comportamentos funcionais* que deveríamos atrelar às unidades sintáticas na categoria das *expressões funcionais* que estabeleceriam o sentido das expressões nativas *compostas*.

Como já antecipamos, o ponto central da argumentação de Quine contra a viabilidade desse projeto é uma espécie de “teorema”. Esse teorema afirma a possibilidade de certos *automorfismos*¹², a *possibilidade de certos remapeamentos das estruturas gramaticais* (composicionais) de uma língua, mapeamentos esses *invariantes* frente a todas as *conexões dessa linguagem com a realidade*, i.e., preservadores de todas as *predisposições para comportamento* verbal desses falantes, efetivas ou mesmo meramente

potenciais. O “teorema do automorfismo lingüístico” é enunciado logo no início do segundo capítulo de *Word and object*:

...a totalidade infinita das frases da linguagem de um dado falante pode ser permutada, ou mapeada sobre si mesma de tal forma que: (a) a totalidade das disposições do falante para comportamento verbal permanece invariante e, no entanto; (b) o mapeamento não é uma mera correlação de frases com frases equivalentes, em qualquer sentido plausível de equivalência por mais vago que seja. (QUINE, 1960, p. 27)

Como insistimos acima, é fundamentalmente a confiança de Quine *nesse resultado lógico (aprioristicamente formulado)* que o leva a decretar sua recusa do composicionalismo.

Repassemos rapidamente os pontos mais importantes da argumentação de Quine. Consideremos inicialmente as três tarefas que elencamos antes, partes da empreitada maior de recuperação da estrutura *composicional* a partir das conexões predisposicionais com a realidade. Tomemos a primeira delas, a dicotomia fundamental para qualquer semântica composicional: a segregação das unidades sintáticas (da língua nativa) em *nomes e expressões funcionais (predicados e outras)*. A pergunta de Quine para esse caso é: seria possível determinar essa segregação (postulada pelo composicionalismo) levando-se em conta apenas as predisposições para comportamento verbal e suas conexões com situações de mundo? Mais do que isso: se, de alguma maneira mágica, nos fosse dado a conhecer todas as conexões predisposicionais entre proferimentos e mundo (observáveis ou não, atuais ou meramente potenciais), seria possível determinarmos *uma única segregação* desse tipo para a língua nativa?

A resposta de Quine, é claro, é negativa. Seu argumento para tal se baseia em um automorfismo, uma reorganização dos termos da língua nativa. Tomemos um predicado comum, como “coelho”. Seguindo uma sugestão de Nelson Goodman, Quine propõe reinterpretar esse predicado, não mais como um *termo concreto geral*, mas como um *nome próprio* (também

concreto) nomeando a *fusão de todos os coelhos* em um “grande arquipélago saltitante”, algo como “a coelhice mundial” (QUINE, 1960, p. 52). Ora, considerando-se apenas em termos da conexão *proferimentos completos/situações de mundo*, os dois *proferimentos* “Ali, Coelho!” e “Ali, Coelhice mundial!” estariam atrelados às *mesmas situações (potenciais) de proferimento*¹³. Nas palavras de Quine, “Ali, Coelho!” e “Ali, Coelhice!” seriam *sinônimos estimulativos* um do outro. Ou seja, suas diferenças semânticas não seriam univocamente determináveis a partir apenas da conexão *linguagem/mundo* (potencial ou atual). Em seu exemplo clássico, poderíamos *traduzir alternativamente* o elemento subproposicional “gavagai” (i.e., a *palavra* “gavagai”) tanto como “coelhice” quanto como “coelho”. Assim, a conclusão de Quine é a de que: “(...) a distinção entre termos gerais e singulares é independente do significado estimulativo” (QUINE, 1960, p. 52). A conclusão final sobre a primeira parte de nossa empreitada é, assim, negativa: não poderíamos jamais (nem mesmo com aquela base predisposicional dilatada e ideal) determinar *uma única segregação entre nomes e expressões funcionais* para a língua nativa. Alternativas igualmente viáveis logicamente (ainda que incomuns) seriam sempre possíveis.

Passemos à segunda tarefa que listamos acima: a determinação das *denotações* das expressões *nominativas*, conectando denotacionalmente os nomes aos seus objetos nomeados. Mais uma vez o argumento de Quine apela para a possibilidade de automorfismos. O filósofo propõe possibilidades alternativas de atribuições de *denotações* aos nomes nativos, atribuições essas compatíveis com todas as conexões *proferimento/situação de mundo*. O exemplo mais simples, que aparece apenas tardiamente na obra de Quine, é a idéia do “ *complemento cósmico*” dos nomes concretos. Cada nome próprio (de um objeto concreto), ao invés de denotar o corpo costumeiro, denotaria o *complemento cósmico daquela extensão espacial*¹⁴. Quine escreve:

(...) podemos reinterpretar arbitrariamente cada referência a um

objeto físico como uma referência a seu complemento cósmico, o resto do universo físico. (...) A palavra ‘coelho’ não denotaria mais cada coelho, mas o complemento cósmico de cada coelho e o predicado ‘peludo’ não denotaria mais cada coisa peluda, mas o complemento cósmico de cada uma delas. Dizer que os coelhos são peludos seria agora reinterpretado como dizer que os complementos de coelhos são complementos de coisas peludas, considerando-se ‘complementos de coelhos’ e ‘complementos de coisas peludas’ como predicados atômicos. As duas sentenças são obviamente equivalentes. (QUINE, 1995, p. 71)

Assim, em geral, poderíamos trocar todas as *conexões denotativas* de todos os *termos categoremáticos* (subproposicionais) de uma língua e, ainda assim, preservarmos as conexões (*proposicionais*) entre *proferimentos completos e situações de mundo*. A conclusão de Quine é sintetizada na famosa tese da *Inescrutabilidade da referência*¹⁵: do ponto de vista da conexão linguagem/mundo, não faz sentido se falar nas conexões *denotativas* de uma língua, pois será sempre possível imaginar uma pluralidade de conexões alternativas, igualmente viáveis, para o seu léxico. Novamente, a segunda tarefa, como a primeira, não nos levou a uma única resposta, mas a uma variedade de soluções igualmente possíveis, mas incompatíveis entre si.

Antes de passarmos diretamente à consideração da viabilidade da terceira e última parte da empreitada geral de recuperação da estrutura *composicional* de uma língua a partir das predisposições para comportamento verbal (frente a situações indutoras), façamos uma breve digressão em nosso argumento. Alguns comentadores criticaram Quine por ele não levar em conta a *composicionalidade* da língua nativa. O filósofo americano teria inadvertidamente “deixado passar” a chave para a estrutura gramatical e lexical da língua nativa: sua estrutura *composicional*. Assim, por exemplo, Crispin Wright escreve:

Quine procura no lugar errado por considerações que possam provar a superioridade da tradução de “gavagai” como coelho. (...) bastaria considerarmos como esses predicados poderiam ser usados em combinação (com outros predicados) e como eles se

comportariam frente à negação. (WRIGHT, 1999, p. 404)

O mesmo argumento aparece, muitos anos antes, em
Gareth Evans¹⁶ :

(O que Quine faz), me parece, é tentar encontrar a relevância empírica do esquema de predicação através de uma âncora muito secundária. (...) ao nos concentrarmos sobre esse tipo de dados, deixamos de lado precisamente aquelas sentenças compostas que dão sentido à noção. (EVANS, 1974, p. 345-346)

Sob o pano de fundo do que vínhamos dizendo até aqui, esse tipo de argumento, de Wright e Evans, parece, no mínimo, enigmático. De nosso ponto de vista, tudo se passa como se esses autores tivessem se esquecido completamente da terceira parte do desafio que caberia ao composicionalista. Claramente não poderíamos *pressupor* a estrutura composicional (funcional) da língua que estamos investigando: o desafio é antes *recuperarmos* o comportamento dos elementos funcionais (compositores) a partir da correlação desses proferimentos (compostos ou não) com situações do mundo. É importante dar-se conta de que as duas primeiras partes do argumento de Quine só se completam exatamente com a consideração da possibilidade (ou não) da recuperação do comportamento *composicional* da língua nativa. Os supostos “novos tipos de dados” que, segundo Wright e Evans, teriam “escapado a Quine” não seriam mais do que a proposta (absurda) de tomarmos a terceira etapa (da empreitada recuperação gramático-lexical de que vínhamos tratando) como *dada* e usá-la em socorro das duas primeiras etapas.

Passemos assim diretamente à terceira parte do argumento de Quine: a possibilidade de recuperação do *comportamento funcional, composicional*, da língua nativa. Trata-se de averiguar, por exemplo, se podemos determinar o funcionamento gramatical de um *elemento compositor binário* (como a *conjunção*), ou *unário* (como a *negação*) a partir apenas das conexões entre os *catagoremas* desse composto e o mundo e das conexões entre o

composto completo e o mundo. Ou seja, o que pretendemos seria análogo a identificar a *função* que uma expressão funcional desempenha na língua nativa apenas pela maneira como essa correlacionaria *argumentos* e *resultados funcionais*.

Diferentemente dos outros dois casos, essa última tarefa de recuperação da estrutura gramatical da língua nativa é parcialmente bem sucedida. Segundo Quine, todas as funções *vero-funcionais* poderiam ser recuperadas¹⁷.

O critério semântico para a negação é o de que ela transforma qualquer frase curta a qual se deveria assentir numa frase da qual se deveria dissentir, e vice-versa. O da conjunção é o de que ela produz compostos aos quais (enquanto as frases componentes forem curtas) se deveria estar preparado para assentir sempre e somente quando se estiver preparado para assentir a cada um dos componentes. (QUINE, 1960, p. 57-58)

Assim, pelo menos *parte* das *expressões funcionais* (sincategoremáticas) da língua nativa poderia ser recuperada pela empreitada lógica do “composicionalismo de pernas para o ar”. Os conectivos lógicos tradicionais da lógica proposicional poderiam, sim, ser identificados e “traduzidos”.

Como bem detectou Hintikka, em seu artigo sobre *Word and object* (HINTIKKA, 1975, p. 70), esse resultado parcial tem um alcance *desesperadoramente limitado*, no entanto. Há pelo menos um personagem fundamental para a viabilidade de qualquer projeto semântico que permanece irremediavelmente indeterminado, barrado de uma tradução univocamente especificável. Esse personagem é nada mais, nada menos do que a própria *predicação*, ou seja, o cimento *fundamental* que deveria ligar os componentes subproposicionais em proferimentos completos (correlacionáveis com o mundo). Sem a recuperação (unívoca) do comportamento funcional *desse* componente, a *predicação*, tão central ao composicionalismo semântico, esse estaria, claramente, em uma situação totalmente desesperançosa.

Novamente, a argumentação mais clara e direta de por que a predicação seria univocamente *irrecuperável* (mesmo a partir de uma base ideal dilatada que vínhamos usando) só seria formulada tardiamente por Quine. O ponto fundamental aparece quando comparamos a composição por predicação com a composição por *conjunção*, por exemplo¹⁸. No caso da composição por *conjunção*, *dada qualquer situação de mundo, apenas com base na* (existência de) uma predisposição para proferimento dos *componentes*, já podemos afirmar uma predisposição para proferimento *do todo*. Se, para uma situação qualquer S, houver uma predisposição para a asserção de “A!” e uma predisposição para a asserção de “B!”, então, se o conectivo “@” realmente *for a conjunção* da língua nativa, *terá de haver* uma predisposição para a asserção “B@A!” frente a S. Caso contrário, “@” simplesmente não poderá *ser a conjunção* da língua nativa.

Passemos para o caso da *predicação*. Podemos perfeitamente imaginar que alguém, não só tenha uma predisposição, mas *efetivamente profira*, digamos, “Coelho!” e “Branco!”, mas o proferimento “Coelho!” tenha sido desencadeado, quem sabe, por um coelho negro, e o proferimento “Branco!”, pela neve à sua volta. Diferentemente da “conjunção”, a predicação exige não só a predisposição para proferimento dos componentes, mas alguma *condição extra*, não *vero-funcional*. Ora, é exatamente *esse componente extra*, não *vero-funcional*, que abre espaço para reconstruções alternativas dessa “cláusula adicional”, acabando com a unicidade da reconstrução. O próprio ponto por trás do conceito da “*vero-funcionalidade*” seria exatamente esse: uma função seria *vereditiva* porque a correlação componentes/completo dependeria apenas das correlações proferimento/mundo. Qualquer elemento *para além da vero-funcionalidade* estaria assim irremediavelmente *para além da possibilidade de individualização* frente às correlações linguagem/realidade. Quine escreve:

Sentenças de observação também podem ser compostas para formarem outras sentenças de observação, por exemplo, por simples conjunção: “O sol está nascendo e as aves estão cantando”. Outra maneira de compô-las é predicação: “Este seixo é azul” (...) Mas elas não são equivalentes à mera conjunção “Aqui seixo e aqui azul”. Sua conexão é mais estreita. A conjunção é satisfeita enquanto que a estimulação mostre cada das sentenças de observação componentes sendo satisfeitas em algum lugar da cena – assim um seixo branco aqui, uma flor azul ali. Por outro lado, a predicação foca as duas exigências, requerendo que coincidam ou se sobreponham amplamente. O azul tem que envolver o seixo. Ele pode também se estender mais além: a construção não é simétrica. (QUINE, 1992, p. 4)

AS CONSEQÜÊNCIAS DO TEOREMA DE QUINE

Após esse longo movimento argumentatório, quais seriam, afinal as conseqüências pretendidas por Quine para o seu “teorema”? Se aceitarmos os argumentos do filósofo, como parece ser o caso de David Lewis, na epígrafe de nosso texto, que conseqüências isso teria para a semântica, para, por exemplo, nosso entendimento do que acontece quando nos *comunicamos*, quando atribuímos *sentido* uns aos outros? Estaria o filósofo dando a entender que todo o intercâmbio comunicacional envolvendo predicação seria impossível? Qual seria o *ponto fundamental* pretendido por Quine?

Até certo ponto, procura em vão aquele que percorre a obra de Quine atrás de respostas a perguntas mais abrangentes, como essas. Como dissemos no início de nosso artigo, o objetivo do filósofo parece ser, por vezes, meramente *circunscrito* e *negativo*. Ele visa apenas demonstrar a impossibilidade de versões alternativas, não clássicas, do composicionalismo semântico, como aquelas propostas por Carnap ao longo da década de 50¹⁹. O ponto mais geral pretendido pelo filósofo seria então a impossibilidade de quaisquer teorias do significado, como as muitas que foram propostas ao longo da história da filosofia do século XX. Ai estariam incluídas até mesmo aquelas propostas composicionalistas onde o conceito de “condi-

ções de verdade” não mais funcionaria como elemento estruturador da hierarquia funcional, como é a abordagem sugerida por DUMMETT (1976). Poderíamos mencionar também aqui construções mais tardias na obra de Quine, como a idéia de “*Catégorico de Observação*”, que procurariam oferecer uma proposta *positiva* de solução do problema da incomensurabilidade entre teorias dentro dos limites semânticos impostos pelo teorema de Quine (Cf. VELLOSO, 2006).

A despeito desses desdobramentos mais localizados, no entanto, as conseqüências mais gerais da argumentação do filósofo permanecem um tanto nebulosas. Em particular, quais seriam as conseqüências de um dos resultados-chave de toda a argumentação de Quine mencionado acima: a idéia de que não haveria possibilidade de *recuperação unívoca* para a *estrutura predicativa* de uma língua? Estaria o filósofo sugerindo simplesmente *abrirmos mão completamente da idéia de “predicação”*? Outro ponto obscuro: Quine fala na possibilidade de recuarmos para um ponto de vista “*paroquial*” mais seguro, onde ainda poderíamos recorrer às hipóteses analíticas e à predicação. De fato, estranhamente, após o famoso segundo capítulo, o tema da tradução radical é, de certa forma, “deixado de lado” e esse “ponto de vista paroquial” passa a dominar a discussão nos dois terços restantes de seu livro²⁰. Ora, qual seria exatamente o *peso* de adotarmos esse *modo paroquial* sugerido por Quine em *Word and object*? Representaria ele, afinal, uma forma de evitarmos o impensável: abrirmos mão da *predicação*? Mas, se isso é verdade, pareceria então que seria muito importante determinarmos o *tamanho exato* dessa tal “paróquia” para a qual deveríamos recuar!

Esse último ponto, o tamanho da “paróquia” sugerida por Quine, também é obscuro. Diversas vezes, o filósofo fala de uma maneira remanescente a Davidson e sua *interpretação radical*: o recurso a traduções de línguas exóticas seria apenas uma maneira mais vívida para descrevermos um fenômeno. A interpretação radical se daria sempre, em *qualquer caso de inter-*

câmbio lingüístico, mesmo dentro de nossa própria língua, em nosso próprio país:

Pensar em termos de tradução radical de linguagens exóticas ajudou a tornar os fatores mais vívidos, mas a lição principal a ser derivada concerne à frouxidão empírica de nossas próprias crenças. (QUINE, 1960, p. 78) Em uma reflexão mais profunda, a tradução radical começa em casa. Devemos equacionar as palavras portuguesas de nosso vizinho com as mesmas seqüências de fonemas de nossas próprias bocas? (QUINE, 1969, p. 46)

Ora se a *indeterminação de significado* das estruturas predicativas atinge a *todas as situações de intercâmbio lingüístico* (e não apenas a nossos contatos com línguas exóticas), se a “paróquia” mencionada por Quine pode chegar até aos *fugazes idioletos* chamados por DAVIDSON de “*passing theories*” (2005, p. 101), então estamos, novamente, em apuros. Esse artigo não visava discutir as *conseqüências* do teorema de Quine e sua crítica ao composicionalismo. Em nosso longo percurso procuramos apenas apresentar essa nova maneira alternativa de *encararmos aqueles argumentos e resultados*. Assim, quanto ao fecho final de nossa exposição, o tema das *conseqüências*, não teremos espaço aqui para mais do que uma rápida enunciação, completamente *dogmática*, do que nos parece ser algumas das decorrências fundamentais da argumentação de Quine.

Seremos diretos. Em nossa opinião, o que o filósofo consegue em *Word and object* é *recuperar* o que ele havia se proposto a destruir em “*Dois Dogmas do Empirismo*”: uma *distinção entre enunciados analíticos e enunciados sintéticos!* Dizer que os *significados estimulativos* e as *estruturas composicionais verofuncionais* seriam *univocamente identificáveis* a partir das possibilidades de correlação proferimentos/mundo seria afirmarmos, na terminologia de Quine, que quaisquer discordâncias envolvendo essas estruturas teriam de ser tomadas como envolvendo *alteração no significado dos termos constituintes* (Cf. QUINE, 1974, p. 80). Temos aqui assim, em nosso entender, um *novo sentido* para a noção de “analítico-

dade” (tão atacada pelo filósofo, pelo menos no início de sua carreira). Ou seja, haveria uma diferença entre a maneira como o conteúdo semântico está atrelado a *certos pronunciamentos especiais* e o que ocorre com *outros tipos de proferimentos*. No primeiro caso, a atribuição seria unívoca: qualquer *discordância* teria de acabar determinando algum *engano na atribuição de sentido*. Em uma situação de disputa, o significado de um enunciado como aquele não *poderia ser outro*, só haveria uma única maneira de construirmos aquele sentido. Qualquer outro sentido pretendido determinaria o imediato descarte daquela construção semântica atribuída ao interlocutor.

Por contraste, no caso de enunciados do segundo tipo como, por exemplo, enunciados envolvendo estruturas *predicativas*, haveria sempre espaço para continuarmos entendendo o proferimento da maneira pretendida, mesmo em situação de discordância. Bastaria atribuímos essa discordância ao *espaço de indeterminação* oferecido por esse tipo de proferimentos (a “cláusula extra” que toda a predicação envolve). Não haveria, assim, uma conexão direta entre *discordância* e *falha na atribuição de sentido* aos proferimentos do interlocutor. Disputas intelectuais desse tipo teriam um componente “*dedutivamente irresolúvel*”, para usarmos uma antiga terminologia de Quine (1996, p. 112). Em contraste, disputas envolvendo estimulações presentes e lógica proposicional não ofereceriam nenhum espaço de manobra, nem sequer aquele oferecido pela reinterpretção dos domínios dos predicados.

Abstract: This paper offers a new reconstruction of the arguments in Quine’s famous second chapter of *Word and Object* and of his idea of *Radical Translation*. According to this approach, Quine’s main target is the notion of *compositionality* as a key element in any theory of meaning. In short, according to Quine there could not be any “theories of meaning” simply because the notion of *compositionality* should be rejected as the central notion of semantics. We also sharply differentiate empirically oriented arguments from *a priori*, modal arguments. These later ones constitute the core of what we propose to call *Quine’s Automorphism Theorem*, the idea that

there are alternative ways of reconstructing the grammatical structure of any language including predication which could maintain invariant all our dispositions for verbal behavior under any *actual* or *even only possible* estates of affairs. It is this theorem, we argue, which provides the main support for Quine's rejection of compositionality and thus of all theories of meaning.

Key-words: compositionality, Quine, predication, radical translation.

NOTAS

- 1 No entanto, como veremos no final de nossa argumentação, é possível extrair-se uma conclusão positiva da argumentação de Quine.
- 2 Depois de "A nice derangement of epitaphs" (DAVIDSON, 2005), não fica claro que tenha restado qualquer elemento vivo do ambicioso "Programa de Davidson".
- 3 "Karl" é o nome escolhido por Carnap.
- 4 Não vamos entrar aqui na discussão sobre a idéia de sentido de nomes próprios. Frege parece adotar a conhecida proposta de que, por trás de qualquer nome próprio, poderíamos sempre encontrar uma propriedade individualizadora que seria o seu sentido. (Cf. FREGE, 1977a, p. 58, nota)
- 5 Estamos nos referindo aqui ao princípio fregeano de que qualquer quebra de denotação de um nome em um composto determinaria uma falha de denotação do composto inteiro. (Cf. FREGE, 1977a, p. 62)
- 6 Mesmo em Frege talvez se pudesse explicar a diferença entre uma frase falsa e uma verdadeira dizendo-se que a primeira não *descreve a realidade*, a segunda, sim.
- 7 Frege normalmente formula essa dicotomia fundamental referindo-se aos correspondentes ontológicos dessas entidades semânticas, i.e., a clivagem fundamental entre "objetos" e "funções".
- 8 Estritamente, no uso descritivo da correlação proferimento/realidade, o que tomamos como dado é o significado objetivo (i.e., *impessoal* e *atemporal*), da sentença proferida.

Por sua vez, no uso *inverso*, *semântico*, o que procuramos determinar é o *significado subjetivo daquele ato comunicacional*, ou seja, o que *aquela proferidor quis dizer com aquele seu proferimento* (naquela situação específica). (Cf. GRICE, 1989, p. 220)

- 9 Aqueles comentaristas mais críticos muitas vezes se referem a esse aspecto da argumentação do filósofo como o “behaviorismo de Quine”.
- 10 Deixaremos isso para um artigo ulterior, dedicado exclusivamente ao tema.
- 11 O filósofo parece disposto a ir mais longe do que isso. Sua concepção de “pré-disposição” parece assumir contornos claramente ontológicos: “A atribuição de uma predisposição comportamental, aprendida ou não, é uma hipótese fisiológica, mesmo que fragmentária. É a postulação de um certo arranjo fisiológico tal que, se pudéssemos ser bem sucedidos em identificar e analisar, chegaríamos a uma compreensão satisfatória do mecanismo subjacente ao comportamento animal em questão”. (QUINE, 1974, p. 13-14)
- 12 Diferentes daquele da identidade, é claro.
- 13 O nativo proferiria “Ali, coelhice!” da mesma maneira que alguém poderia afirmar “Aqui, as Filipinas”, digamos, na capital, Manila, ainda que essa pessoa saiba que ela está apenas em *uma das 7.000 ilhas que compõem o arquipélago todo*.
- 14 Como se trata de objetos concretos, de corpos, essa operação seria sempre possível. Como sabemos, a operação de complementação não é fechada para objetos em geral (incluindo objetos abstratos), mas esses últimos não estariam sendo tratados aqui.
- 15 Mais tarde Quine prefere chamar essa tese de “tese da indeterminação da referência”. (Cf. QUINE, 1990, p. 50)
- 16 Crispin Wright atribui a Evans esse “argumento” contra Quine.
- 17 Em *Roots of reference* (QUINE, 1974, p. 77), Quine recua e afirma que apenas as funções *vereditivo-funcionais* (uma

espécie de lógica sem o princípio do terceiro excluído) seriam traduzíveis. Isso seria decorrente da possibilidade de, experimentalmente, o nativo se abster de responder a certas perguntas. Na situação ideal de acesso completo às disposições de comportamento do nativo (conscientes ou não) que vínhamos considerando, não está claro que o recuo de Quine se fizesse necessário. O ponto, no entanto, não altera muito o alcance geral do argumento que estamos propondo.

- 18 É preciso lembrar-se que, no “composicionalismo de pernas para o ar” de Quine, todas as expressões categoremáticas da língua nativa estão sendo tratadas como proferimentos de uma palavra só, e, portanto, podem ser compostos, tanto por *conectivos proposicionais*, quanto pela *cópula*.
- 19 E, como também observamos no início de nosso artigo, surpreendentemente Quine se cala frente a projetos semelhantes de seu colega e colaborador Donald Davidson.
- 20 Do terceiro capítulo em diante Hintikka chega a acusar Quine de incompatibilidade entre sua parte inicial e final de *Word and object*: “A despeito de todos seus méritos impressionantes, *Word and object* parece a mim um livro cujas duas metades não encaixam propriamente. A diferença de abordagem entre as primeiras e as últimas partes de *Word and object* é de fato surpreendente”. (HINTIKKA, 1975, p. 69)

REFERÊNCIAS

BEANY, M; RECK, E. Gottlob Frege: critical assessments of leading philosophers. Vol. 1. London: Routledge, 2005.

CARNAP, R. **Meaning and necessity: a study of semantics and modal logic**. Chicago: Univ. Chicago Press, 1956.

DAVIDSON, D. Truth and meaning. In: _____. **Truth and interpretation**. Oxford: Claredon, 1984.

_____. **Truth and interpretation**. Oxford: Clarendon, 1984.

_____. A nice derangement of epitaphs. In: _____. **Truth, language and history**. Oxford: Clarendon, 2005.

_____. **Truth, language and history**. Oxford: Clarendon, 2005.

DUMMETT, M. What is a theory of meaning? (II). In: _____. **Seas of language**. Oxford: Clarendon, 1996.

_____. **Frege: philosophy of language**. Cambridge: Harvard, 1981.

_____. **Seas of language**. Oxford: Clarendon, 1996.

EVANS, G. Identity and predication. In: FØLLESDAL, D. **Logic, modality and philosophy of mathematics**. New York: Garland, 2001.

FODOR, J. Having concepts: a brief refutation of the twentieth century philosophy. *Mind and language*, 19, n. 1, 2004.

FØLLESDAL, D. Triangulation. In: HAHN, L. E. **The philosophy of Donald Davidson**. Chicago: Open Court, 1999.

_____. **Logic, modality and philosophy of mathematics**. New York: Garland, 2001.

FREGE, G. The basic laws of arithmetic: exposition of the system. Berkeley: California Press, 1964.

_____. **Translations from the philosophical writings of Gottlob Frege**. Oxford: Basil Blackwell, 1977a.

_____. **Logical investigations**. Oxford: Basil Blackwell, 1977b.

_____. **The foundations of arithmetic**. Oxford: Basil Blackwell, 1978.

GREIMANN, D. Frege's understanding of truth. In: BEANY,

André Porto

M; RECK, E. **Gottlob Frege: critical assessments of leading philosophers**. v. I. London: Routledge, 2005.

GRICE, P. **Studies in the way of words**. Cambridge: Harvard Press, 1989.

HAHN, L. E. **The philosophy of Donald Davidson**. Chicago: Open Court, 1999.

HALE, Bob; WRIGHT, Crispin. **A companion to the philosophy of language**. Oxford: Basil Blackwell, 1998.

HINTIKKA, J. Behavioral criteria of radical translation. In: HINTIKKA, J.; DAVIDSON, D., 1975.

HINTIKKA, J.; DAVIDSON, D. **Words and objections**. Dordrecht: D. Reidel, 1975.

LEPORE, E. Two dogmas of empiricism and the generality requirement. *Nous*, 24, p. 468-480, 1995.

LEWIS, D. **Philosophical papers**. Oxford: Oxford, 1983.

QUINE, W. V. O. Carnap and logical truth. In: _____. **Ways of paradox and other essays**. Cambridge: Harvard Press, 1996.

_____. **Word and object**. Cambridge: Harvard Press, 1960.

_____. **From a logical point of view**. Cambridge: Harvard Press, 1961.

_____. **The roots of reference**. La Salle: Open Court, 1974.

_____. **Ontological relativity and other essays**. New York: Columbia Press, 1969.

_____. **Pursuit of truth**. Cambridge: Harvard Press, 1992.

_____. **From stimulus to science**. Cambridge: Harvard Press, 1995.

_____. **Ways of paradox and other essays.** Harvard Press, 1996.

_____. Where do we disagree?. In: HAHN, L. E. **The philosophy of Donald Davidson.** Chicago: Open Court, 1999.

VELLOSO, A. Categóricos de observação, uma solução para viabilizar o holismo semântico moderado de Quine. *Principia*, 10, nº 1, p. 81-104, 2006.

WITTGENSTEIN, L. **Tractatus logico-philosophicus.** London: Routledge & Kegan Paul, 1974.

_____. **Notebooks 1914-1916.** Oxford: Basil Blackwell, 1979.

_____. **Philosophical investigations.** Oxford: Basil Blackwell, 2001.

WRIGHT, Crispin. The indeterminacy of translation. In: HALE, Bob; WRIGHT, Crispin. **A companion to the philosophy of language.** Oxford: Basil Blackwell, 1998.